

Novembro de 1987

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Quarta-feira 11 5701

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Pela ordem, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente: Quero dizer a V. Ex^a, em primeiro lugar, alguma coisa que me honra muito. Defendi, dentro da minha Bancada, com a maior simpatia, a candidatura de V. Ex^a à Presidência da Mesa, e hoje me orgulho disto, porque esta Mesa, esta Assembléia tem um Presidente à altura dela.

Então, eu diria a V. Ex^a, sem querer responder a nenhum dos meus companheiros, que este movimento não é contra ninguém, é a favor do Brasil. (Muito bem! Palmas.) Este movimento não é um movimento de contestação e nunca foi — ou a V. Ex^a, ou ao Relator Bernardo Cabral, ou aos demais relatores e muito menos à Mesa, ou a esta Comissão de Sistematização da qual tenho pena pelo volume de trabalho que está supertando. Reconheço que é um trabalho super-humano, até desumano, porque nunca vi ninguém trabalhar tanto na minha vida. No entanto, V. Ex^a há de compreender que não era possível continuarmos assim. Por um erro inicial, do qual somos também responsáveis — e temos o direito de nos arrepender — nós criamos um sistema segundo o qual 47 Constituintes valem mais do que 279.

Sr. Presidente, chegamos a um momento em que achamos ser necessário modificar o Regimento — e aqui vamos deixar bem claro mais uma vez alguma coisa que o constituinte Daso Coimbra já deixou da tribuna: neste grupo existem governistas e oposicionistas; existem parlamentares e presidencialistas; existem mandatos de todos os tipos; existem posições ideológicas de todas as nuances, só não existem aqui traidores da Constituição! (Muito bem! Palmas.) Aqui existem homens que querem emendar não o Substitutivo total, global de Bernardo Cabral, mas querem emendar partes, com substitutivos a partes, por serem a maioria da Assembléia, a maioria mais do que absoluta; se ela fosse 280 já o era! Ela é de 319, foram vários companheiros que, pela sua própria posição, na própria Mesa ou na Comissão de Sistematização não puderam assinar.

Sr. Presidente, eu não represento somente o meu Partido. Neste momento, e outros Líderes vão-lhe dirigir a palavra, represento o espírito também deste Movimento.

Queira V. Ex^a anotar: de nós não parte qualquer interesse de litígio, nenhum desejo de contradição; de nós, parte o desejo da amizade, da compreensão e do bem do Brasil. (Palmas! Muito bem!)

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Constituinte José Lourenço, pela ordem.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Pela ordem, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Ulysses Guimarães, Srs. Constituintes:

Acusam-nos, por vezes, de vivermos dias menores, mas, hoje, vivemos uma grande noite, e vivêmo-la sob a inspiração e a Presidência de V. Ex^a.

A Nação sabe que poderemos discordar; a Nação é testemunha permanente de que aceitamos

as críticas como uma contribuição aos nossos trabalhos; mas a Nação também tem que saber, e todos os segmentos da sociedade brasileira têm que compreender, que aqui estão homens que deixaram todos os seus afazeres para se dedicarem ao Brasil, e tendo como exemplo maior, de comportamento de vida, um homem cuja estatura está acima, ou é tão grande, como a de todos os brasileiros, e esse homem se chama Ulysses Guimarães. (Palmas.)

Em nome do meu Partido, em nome de todos, porque os Partidos agora não existem, em nome de quantos aqui estão, numa missão de boa-vontade para com o nosso País: Não somos contra ninguém — como aqui já foi dito —, muito menos seríamos divergentes daquilo que V. Ex^a estabeleceu para dirigir os nossos trabalhos.

O que oferecemos, neste momento, à Casa e ao País, é uma contribuição para que a Constituição que daqui saia seja sempre, e cada vez mais, expressão da vontade da maioria da Nação.

Não queremos esmagar ninguém! Aqui estamos em nome da convergência; aqui estamos, Presidente Ulysses Guimarães e caros colegas, em nome do País, para que possamos dizer, ao fim dos trabalhos desta Constituição, que demos o melhor de nossos esforços no sentido do diálogo, do entendimento, pois é isso que exige a Nação brasileira. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Gasthorne Righi — Sr. presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na condição de Líder do PTB, não posso me fazer ausente desta série de pronunciamentos. Primeiro, porque esta Constituinte, nesta noite, conseguiu encontrar e realizar a sua maioria, e só uma outra vez isto aconteceu, quando foi organizada para que V. Ex^a recebesse os votos dela e, por isso, preside a Câmara dos Deputados, por isso, preside esta Assembléia. Esta mesma maioria, maioria que deu legitimidade ao comando a V. Ex^a, vem para lhe dizer que quer continuar solo sem comando, e pede que injustiças sejam reparadas, que distorções sejam corrigidas.

Votei contra o Regimento Interno, me proclamei contra ele, já adivinhava isto que agora acontece, e V. Ex^a verá que nas alterações do Regimento estamos postulando que a vontade da maioria seja respeitada — e isto é democracia! Estamos construindo uma Constituição que tem de ser, antes de tudo, democrática e para ser democrática é preciso que nela se estampe a vontade da maioria, que não seja distorcida e não sucumba à ditadura ou império de minorias ocasionais, ou da vontade onipotente de alguns que se intitulam líderes ou se intitulam predestinados a quererem conduzir os destinos deste País, quando esses destinos têm que ser conduzidos pela vontade da maioria de seu povo, refletida aqui pela vontade da maioria dos componentes da Assembléia Nacional Constituinte.

A V. Ex^a eu queria fazer esta consignação, porque quando entrei para esse Movimento, na persecuição dessa maioria, fui com o beneplácito e o apoio da totalidade da minha Bancada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra para um questão de ordem, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Líder Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Todos nós observamos a leitura do documento lido pelo ilustre Constituinte Daso Coimbra. Não pretendímos, evidentemente, discutir o mérito do documento na medida em que esta sessão não foi convocada para tal, como disse V. Ex^a, mas sim para a leitura do documento.

Entretanto, como Líder do meu Partido, não poderia deixar de fazer algumas referências, algumas reflexões e algumas interrogações.

Quis o destino que este documento fosse lido hoje, exatamente hoje, dia de novembro, quando faz 50 anos do golpe de Estado de 1937.

Queremos dizer a V. Ex^a que, nos termos do que leu o Constituinte Daso Coimbra, nós iremos discuti-lo na ocasião oportuna, mas há uma regra básica em qualquer discussão constitucional: a existência de um regimento, mesmo modificado, há que respeitar o direito das minorias em propor, votar e até ser derrotado.

Parce-me que a filosofia do documento busca correr, como um trator, em cima de eventuais maiorias, sem discutir o mérito das emendas ou de substitutivos.

Queremos fazer um apelo. Somos de entendimento e de diálogo. Não queremos contestar a extensão do que não conhecemos mas, desde logo, queremos dizer, aqui na Assembléia Nacional Constituinte, que se eventuais maiorias pensam que vão passar, como um trator, pelo conjunto da Constituinte, duas coisas ocorrerão: primeiro, não passarão; segundo, se passarem, será uma Constituição de uma parte da Assembléia Nacional Constituinte. Desde logo, digo que o meu Partido, se assim for, não votará esta Constituição, porque ela nasce morta! (Palmas.)

O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Luís Inácio Lula da Silva, como Líder do PT.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT — SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O Partido dos Trabalhadores não poderia se calar, diante deste ato ou deste acontecimento, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte. Em primeiro lugar, porque reconhecemos o direito de mudança do Regimento e, em segundo lugar, por reconhecer que é bem possível que haja muitos Constituintes angustiados, porque estão sendo cobrados nas ruas, e querem trabalhar e ajudar a elaborar esta Constituição.

É bem verdade, também, que, se existem alguns companheiros Constituintes dispostos a apressar os trabalhos, até para terminar logo a Constituição, é bem verdade que existem os outros que querem, ou quiseram, durante todo esse tempo, criar uma imagem negativa do trabalho que até agora foi realizado.

O Relator Bernardo Cabral tem sido vítima das mais injuriosas acusações. Acredito que poucas

vezes, na história deste País, Deputados trabalham tanto quanto estão trabalhando na Comissão de Sistematização, esses Deputados estão sendo acusados com palavras de baixo calão. Sabemos, inclusive, de algumas campanhas mentirosas, injuriosas, difamatórias, desonestas, pagas, que estão sendo feitas na televisão, dizendo que, na Comissão de Sistematização, se aprovaram coisas que levam o País à verdadeira bancarrota e que os empresários brasileiros não estão investindo porque não têm certeza do futuro deste Brasil.

É bem verdade, Presidente Ulysses Guimarães, que, se alguns empresários estão gastando bilhões e bilhões de cruzados, como disse a revista *Veja* desta semana, de que existem 35 milhões de dólares rodando para fazer propaganda contra o que foi aprovado nos Direitos dos Trabalhadores, se é verdade que isso acontece, seria muito melhor que, ao invés desse dinheiro ser arrecadado para isso, ao invés de os leilões serem realizados para conseguir dinheiro para tentar corromper Constituintes, seria melhor que esse dinheiro fosse arrecadado com o objetivo de tentar acabar com um pouco da fome desse povo que não pode mais esperar por medidas paliativas de pessoas que são responsáveis pela situação de miséria do povo e que, ao mesmo tempo, utilizam o microfone para parecerem salvadores desse povo. Quero dizer a V. Ex^a que a maioria determina as regras do jogo, e essas regras estão estabelecidas no Regimento. É importante que os Constituintes se lembrem de que todos aqui foram eleitos em cima de propostas, foram eleitos em cima de compromissos e que todos estão imbuídos do desejo de elaborar uma Constituição que não seja o resultado do pensamento de um partido político, de uma cabeça ou de um pensamento ideológico, mas que seja resultado daquilo que é a vontade, hoje, de 141 milhões de brasileiros.

E, para terminar, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que, se algumas pessoas estão pensando que, a partir dessa emenda, vão tentar tripudiar ou passar por cima de todo o trabalho que até agora foi feito, se enganam, porque, um dia, Golias pensava que podia ganhar de Davi, e Davi, mesmo sendo menor, conseguiu sobrepor-se à força e à ignorância de Golias.

Eu espero que, aqui nesta Casa, prevaleça o bom senso, espero que prevaleça a maturidade e que prevaleça a idéia de que nem sempre a maioria quantitativa deste Plenário é a maioria quantitativa que está na rua à espera de uma atitude responsável destes Constituintes.

O Sr. Afif Domingos — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Dou a palavra a V. Ex^a

Espero que, com os dois oradores inscritos, encerremos as questões de ordem, que não têm sido questões de ordem. Na verdade, está-se debatendo a matéria.

O SR. AFIF DOMINGOS (PL — SP) — Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente.

Em nome do Partido Liberal, como seu Vice-Líder e participando deste grupo suprapartidário, que se une neste momento histórico, Sr. Presidente, para dar à Nação uma demonstração da real democracia, quero dizer que este grupo que se forma não vem para esmagar minorias, é um

grupo que não aceita que minorias esmaguem a maioria do povo. (Palmas.) É um grupo que vem para o diálogo, que permite os acordos nesta fase de extrema importância. E V. Ex^a bem sabe que temos contra nós o tempo. Temos acompanhado a sua preocupação, Sr. Presidente, de, em todos os momentos, procurar conciliar um trabalho bem feito com a pressa desse trabalho. Sabemos que o ideal seria trabalhar sem pressa, mas não sabemos se esse é o possível, diante das circunstâncias que o País atravessa. Portanto, recaí sobre os nossos ombros, como classe política, a responsabilidade de encaminhar a transição. Temos, pela frente, momentos extremamente angustiantes, pois sabemos que há uma convergência de fatores e que, dentro dessa convergência, há a necessidade da institucionalização do processo da Constituinte, para que não tenhamos um vácuo, logo à frente.

Portanto, a nossa intenção, longe de esmagar minorias, muito perto de colocar a posição de maiorias, Sr. Presidente, é ajudá-lo na tarefa de ter uma Constituição que concilie o desejo de maioria, com boa técnica legislativa, e a necessidade, o mais rápido possível, de demonstrarmos à Nação a capacidade de legislar.

Sr. Presidente, como já foi dito aqui pelos meus companheiros, Líderes de outros Partidos, não é uma manifestação de confronto; é uma manifestação de colaboração com V. Ex^a, que preside este momento de transição, como Presidente da Assembléa Nacional Constituinte. É a nossa colaboração para a democracia, é a demonstração de que o povo brasileiro, que confiou nesta grande maioria, aqui está presente para lhe dar o apoio para que tenhamos a Carta constitucional que todos brasileiros desejam. Muito obrigado.

O Sr. Constituinte Haroldo Lima — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA (PC do B — BA) — Pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, foi dito e V. Ex^a aduziu, ainda há pouco, que não está em discussão o mérito da proposta que V. Ex^a, em nome da Mesa, acaba de receber de um grupo encabeçado pelo nobre Constituinte Daso Coimbra. Contudo, em nome da Liderança do PC do B, eu gostaria de aduzir algumas observações a respeito desse acontecimento e das suas consequências eventuais. No início deste ano, aprovamos um Regimento Interno nesta Casa. Foi ele aprovado por um processo democrático, pelo qual todos os Srs. Constituintes tiveram oportunidade de expressar suas opiniões e, especialmente expressar o seu voto. Assim, o Regimento aprovado o foi pela Constituinte. O Regimento é uma carta de acordo, de compromisso, pelo qual as maiorias se submetem, acordam em funcionar a partir de determinadas formas, respeitando as minorias também eventuais.

O Regimento é uma carta essencialmente em defesa das minorias, porque, se assim não fosse, a qualquer instante, as maiorias eventuais poderiam estabelecer, por um processo truculento, a sua própria vontade. Então, um regimento aprovado é uma carta de compromisso a ser respeitado por todos aqueles que votaram nesse Regimento.

Por conseguinte, não podemos perder de vista, quando quase que concluído o jogo, meses depois de a Assembléa Nacional Constituinte estar funcionando e respeitando um compromisso básico que ela própria votou, no curso desse processo, um grupo supostamente majoritário se dá conta de que, por esta ou aquela razão, está perdendo esse jogo. Esse grupo, de repente, dando-se conta desse dado, — estar perdendo — resolve, então, mudar sua regra, mudar o Regimento, para ganhar o jogo.

Queremos dizer que isso significa uma ruptura de compromissos assumidos, para viabilizar o funcionamento da própria Assembléa Nacional Constituinte.

Mas, Sr. Presidente, dito isto, eu gostaria de acrescentar, com ponderação, que, atento para a situação política que estamos vivendo, sensível à natureza de um projeto que traz a assinatura de um grupo grande de Constituintes, temos a dizer que imaginamos que o Regimento não deve ser interpretado, mesmo pelas minorias, como um dado dogmático, um documento absolutamente irrevogável, inteiramente insubstituível em aspectos determinados. Nós somos políticos e sabemos que o Regimento é um documento formal. No entanto, Sr. Presidente, sem nenhuma dúvida, esse documento formal é um documento de compromisso básico para viabilizar o funcionamento da Constituinte; e se for mudado, deve ser em aspectos determinados, secundários e sob compromisso da minoria. A minoria tem que participar das eventuais mudanças, e de saída gostaria de aduzir que, sob hipótese alguma, a minoria estaria disposta a aceitar um tipo de mudança, mesmo por entendimento que revogasse aspectos centrais desse documento.

É com espanto que eu vejo, por exemplo, o Constituinte Daso Coimbra dizer da prevalência descabida do Relator e da Comissão de Sistematização. Ora, Sr. Presidente, isso aí não é pretender uma mudança de regra do jogo...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O tempo de V. Ex^a já terminou.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — ... que visa adequar melhor o funcionamento da Constituinte. Mas, é, justamente, um golpe funcionamento da Constituinte, com que a minoria, sob hipótese alguma, poderia concordar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Dou a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire, que já a havia pedido anteriormente.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE (PCB — PE) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Incialmente, gostaria de ressaltar o aspecto democrático da Presidência, e não poderia ser outra a posição a ser adotada pela Presidência da Assembléa Nacional Constituinte, uma vez que os Constituintes têm o direito regimental, de solicitar reformas do Regimento.

Se noventa e cinco Constituintes poderiam fazer, obviamente trezentos e dezenove podem muito mais. Agora, seria interessante esclarecer, em função do documento que acompanha o projeto de resolução, que essa maioria é uma maioria para reforma do Regimento. Não confundam as questões de mérito que irão ser discutidas na Constituinte, questões de mérito que envolvem